LINGUAGEM E REALIDADE: DISCURSO, VERDADE E A ORIENTAÇÃO DA CONDUTA SOCIAL

Jaziel Moraes dos Santos (UEM), Patrícia Coradim Sita (Orientadora). E-mail: pcsita@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Filosofia / História da Filosofia

Palavras-chave: Regimes de verdade; Michel Foucault; Introjeção.

RESUMO

Este trabalho investiga, a partir de Michel Foucault, a relação entre discurso, poder e verdade na constituição da ordem social. A pesquisa, de caráter bibliográfico e teórico, parte de *A Ordem do Discurso* para compreender como os regimes de verdade e os procedimentos de rarefação tutelam a circulação dos discursos e as práticas dos sujeitos. Busca-se compreender como uma ordem discursiva pode produzir conformidade sem depender de uma imposição externa permanente. A análise aponta que a conformidade não se reduz à obediência, pois ocorre também quando aquilo que foi historicamente produzido e constituído como verdadeiro a partir do discurso, passa a ser reconhecido pelo indivíduo como fundamento de sua própria ação, pois o indivíduo assume como seu discurso e entende que obedece a si. Nesse processo, a introjeção permite compreender como ordem discursivas podem tornar-se critérios pelos quais o sujeito interpreta seu entorno e orienta sua conduta.

INTRODUÇÃO

O projeto inicialmente tinha como objetivo investigar o papel constitutivo da linguagem na formação da realidade social e política, tendo Ian Hacking como principal referência. No decorrer da pesquisa, o aprofundamento dessa questão evidenciou a necessidade de considerar não apenas como a linguagem participa da constituição da realidade, mas também as condições históricas e sociais que fazem determinados modos de dizer adquirirem validade e produzirem efeitos sobre a ação. Nesse sentido, a passagem de Hacking para Michel Foucault não representa uma mudança do problema central da pesquisa, mas um ajuste teórico que permite aprofundar sua dimensão política, deslocando o foco da linguagem em sentido mais amplo para as relações entre discurso, poder e verdade.

O deslocamento, a análise do discurso em Foucault permite investigar como as formas de relação do indivíduo com seu entorno são historicamente constituídas e passam a orientar suas práticas. O discurso, articulado às relações de poder, participa da definição do que pode ser reconhecido como verdadeiro e,

consequentemente, dos modos pelos quais os indivíduos compreendem a si mesmos, aos outros e à realidade em que estão inseridos.

A partir de *A Ordem do Discurso*, este trabalho busca compreender como uma ordem discursiva pode produzir conformidade sem depender de uma imposição externa permanente, considerando como aquilo que é constituído como verdadeiro pode orientar a própria conduta do indivíduo. Mantém-se, assim, a preocupação inicial com a dimensão política de constituição

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa consiste em uma análise conceitual de A Ordem do Discurso (2014), articulada a uma leitura de Microfísica do Poder (1979), buscando reconstruir as relações entre discurso, poder, verdade e sujeito. Mantém caráter bibliográfico e teórico e mobiliza principalmente as noções de discurso, vontade de verdade, regime de verdade e relações de saber e poder.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise permite compreender que a ordem do discurso não se constitui pela simples substituição de um discurso por outro, mas por disputas, deslocamentos e retomadas que ocorrem em determinadas condições históricas. Os discursos não possuem, portanto, efeitos fixos ou independentes das relações em que circulam: sua força e seus efeitos dependem das condições de poder e saber que os sustentam, legitimam ou transformam. Desse modo, um discurso pode ser retomado em diferentes contextos e produzir efeitos distintos, não porque seu conteúdo necessariamente se modifique, mas porque se modificam as relações que determinam sua circulação e seu funcionamento.

É justamente nesse funcionamento que se encontra o que Foucault chamou de regime de verdade. Foucault afirma que cada sociedade possui uma “política geral” da verdade, isto é, os tipos de discurso que acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e instâncias que permitem distinguir o verdadeiro do falso, as técnicas e procedimentos valorizados na produção da verdade e o estatuto daqueles encarregados de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979). A verdade, portanto, não é simplesmente determinada por quem possui poder, mas constituída por práticas e condições que permitem que determinados discursos adquiram o estatuto de verdade. É nesse sentido que a vontade de verdade se torna fundamental: não se trata apenas de distinguir o verdadeiro do falso, mas também de compreender a disputa pelo lugar daquele que pode dizer a verdade. Como afirma Foucault, “o discurso verdadeiro [...] não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa” (Foucault, 2014).

Mas por que aquilo que é reconhecido como verdadeiro conduz à ação? A questão não está apenas no reconhecimento de um enunciado como verdadeiro, mas no fato de que essa verdade passa a participar das formas pelas quais o

indivíduo se relaciona com seu entorno. Quando determinada maneira de compreender uma situação é reconhecida como verdadeira, ela pode orientar aquilo que aparece como correto, necessário ou legítimo fazer. Não sendo necessário que uma autoridade esteja continuamente presente ordenando a conduta. Quando aquilo que sustenta uma prática já funciona como verdadeiro, o indivíduo pode agir de acordo com essa verdade sem perceber sua ação como obediência a uma ordem exterior.

Surge assim o enigma da conformidade. Neste trabalho, “conformidade” é utilizada como categoria analítica para designar o processo pelo qual aquilo que funciona como verdadeiro passa a orientar a conduta sem aparecer necessariamente como imposição externa. As instituições participam de modo privilegiado no processo de circulação, reprodução e legitimação dos discursos. Escola, universidade, Estado, religião e outras instituições são atravessados pela relação de saber e poder que permite que determinadas formas de compreender o entorno sejam ensinadas, repetidas e reconhecidas como verdadeiras. A ordem discursiva, desse modo, não precisa permanecer exterior ao indivíduo para orientar sua conduta, pois o indivíduo pode incorporar as formas de verdade que atravessam suas práticas.

É nesse movimento que a “introjeção”, utilizada neste trabalho como categoria analítica, designa o processo pelo qual as formas de verdade passam a orientar a relação do sujeito com seu entorno e sua ação. Pois, o indivíduo não concebe o discurso como uma imposição externa, mas assume como seu o discurso e passa a compreender sua conduta como resultado de sua própria escolha. É nesse sentido que se pode dizer que o indivíduo assume como seu o discurso e entende que obedece a si.

CONCLUSÕES

A análise permite compreender que a conformidade atua na vida social do indivíduo não apenas pela imposição de normas externas, mas pela forma como determinadas verdades, historicamente constituídas nas relações entre discurso e poder, passam a orientar sua própria maneira de compreender e agir no mundo. Ao incorporar o discurso, o indivíduo pode deixar de perceber sua conduta como resposta a uma determinação exterior e reconhecê-la como expressão de sua própria vontade. É justamente nesse movimento que os grilhões discursivos se tornam menos perceptíveis: aquilo que orienta a ação já não aparece necessariamente como uma ordem que constrange, mas como aquilo que o próprio indivíduo reconhece como correto, necessário ou verdadeiro. A conformidade, portanto, adquire uma dimensão política à medida que discursos socialmente constituídos são incorporados pelos indivíduos e passam a orientar suas condutas, manifestando-se em comportamentos que contribuem diretamente para a reprodução e a transformação da dinâmica política e social de determinada época.

Contudo, essa conformidade não implica uma determinação absoluta da ação social. Se os indivíduos são atravessados por relações de saber e poder, é também nesse mesmo campo que emergem possibilidades de deslocamento e resistência.

Como afirma Foucault, “onde há poder, há resistência” (Foucault, 1979). A resistência não se situa fora das relações de poder, mas emerge no interior delas, tornando possível questionar, deslocar e transformar os discursos que orientam as condutas. Desse modo, a dinâmica política e social de uma determinada época não resulta apenas da imposição de discursos ou de sua reprodução pelos indivíduos, mas também das possibilidades de ruptura que surgem quando esses discursos são tensionados e ressignificados nas próprias práticas sociais.

Compreende-se a conformidade como um processo pelo qual verdades socialmente constituídas são incorporadas pelos indivíduos e, por meio de suas condutas, participam da produção e transformação da dinâmica política e social de seu tempo. Ao mesmo tempo, por não determinar completamente a ação, esse processo contém a possibilidade de resistência e transformação. A relação entre discurso, poder e verdade, portanto, não produz uma ordem social estática, mas um campo permanente de disputas no qual as formas de pensar e agir podem tanto reforçar determinadas configurações sociais e políticas quanto abrir possibilidades para sua transformação.

REFERÊNCIAS

Livro

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979